

HINO NACIONAL

Hino oficializado pelo Decreto nº 15.671, de 6 de setembro de 1922, na versão composta por Francisco Manuel da Silva em 1822 (música) e por Osório Duque Estrada em 1909 (letra) – se bem que alguns versos apócrifos tenham sido acrescentados à composição original de Estrada e incorporados definitivamente ao hino.

Antes do final da segunda metade do século XIX, as letras dos hinos se modificavam num constante processo de atualização, com vistas à adequação de seus conteúdos aos acontecimentos marcantes de um país: a morte de um soberano, o casamento de um primogênito, a vitória numa batalha importante. Pode-se dizer que, em certo sentido, a nação se confundia com o rei e a história nacional com a vida do monarca, daí esse importante procedimento de renovação dos hinos.

Então, uma significativa mudança ocorreu: a comunidade nacional passou a não mais se identificar com a pessoa de seu rei. Os hinos, a partir daí, tornaram-se elementos simbólicos de grande importância no processo de personificação e construção das nações. Através de uma composição musical quase sempre vibrante e emotiva, os cidadãos (não mais súditos) despertavam cheios de sentimento de patriotismo e orgulho e com a sensação de estarem em comunhão sob o manto da nação.

O *Hino Nacional* brasileiro passou por diversas modificações, que atualizaram o conteúdo de seus versos. Originalmente, composto pelo maestro Francisco Manuel da Silva e intitulado *Marcha triunfal*, foi criado para celebrar a independência em 1822. Posteriormente, foi adaptado para comemorar a abdicação de dom Pedro I, ocorrida em 1831 – o retorno do primeiro imperador para Portugal fora visto como rompimento definitivo dos laços existentes entre o Brasil e sua antiga Metrópole. Durante o Segundo Reinado, novos versos foram criados para acompanhar as mudanças e celebrar novos acontecimentos, mantendo-se intacta sua melodia.

A consolidação da República no Brasil passou, também, pela reestruturação completa de antigos símbolos nacionais. Uma das primeiras medidas do novo governo veio com a

publicação do Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, o qual estabeleceu “os distintivos da bandeira e das armas nacionais, e dos selos e sinetes da República”. Além dessa recriação do aspecto visual de armas e brasões, antigos vapores da Armada, que tinham sido batizados com nomes que faziam referência ao imperador ou à família real, foram rebatizados e passaram a ostentar nomes ligados à República.

No evento da Proclamação, o *Hino Nacional* apareceu em destacado lugar, já que, segundo a narrativa oficial, Deodoro da Fonseca teria dito às tropas, no Campo de Santana, como brado inaugural do novo regime: “Apresentar armas! Toquem o hino!” Ao que parece, no 15 de novembro, o hino executado sob as ordens do marechal Deodoro foi a antiga marcha composta por Francisco Manuel da Silva. Só que ninguém o cantou, e como a obra tivesse tanta identificação com o imperador deposto, a República passou a utilizar, a partir dali, provisoriamente, como hino nacional, a *Marselhesa*.

Nesse contexto de reformulação de símbolos nacionais, o Governo Provisório fez com que ainda em 1889 fosse realizado um concurso, entre 29 composições, para escolha do novo hino nacional. Embora a antiga marcha de autoria de Francisco Manuel da Silva houvesse sido adaptada e já incorporasse novos elementos ligados à República recém-proclamada, era imperativo que se criasse nova obra, exclusiva, atual, que atendesse às necessidades simbólicas da nova realidade institucional brasileira.

Os vencedores do concurso foram Ernesto Fernandes de Sousa (música), um farmacêutico músico amador, e Medeiros e Albuquerque (letra), um jovem poeta simbolista, autor de *Canções da decadência*. Todavia, nem as composições que participaram do concurso, nem a obra vencedora agradaram aos ouvintes, que foram ao Teatro Lírico assistir à execução das peças. Patenteava-se, na ocasião, a certeza de que o Brasil era um país carente de bons músicos. A polêmica então se instalou, fazendo eco na imprensa do país.

“Prefiro o velho”, teria dito o chefe do Governo Provisório, para se referir à antiga peça de Manuel da Silva, naquela noite no Lírico. Daí, a velha composição, repleta de inversões heróicas e marciais, bem ao gosto do componente militar da Proclamação, tornou-se a música oficial do *Hino Nacional* brasileiro, através do Decreto nº 171, de 21 de janeiro de

1890. Mas, desse ano a 1906, o hino permaneceu sem letra e era cantado nos estados da Federação de maneiras diferentes, segundo as peculiaridades culturais de cada região.

Foi Coelho Neto quem, em 1906, defendeu a tese segundo a qual a República deveria promover novo concurso, para elaboração de uma letra definitiva que pudesse expressar nosso gosto literário e, ao mesmo tempo, celebrar o Brasil, impondo sobre todos os regionalismos a obrigação de obediência a um hino comum. Em 1909, entre diversos trabalhos, sagrou-se vencedor o de Osório Duque Estrada, crítico literário afeito a inúmeras polêmicas, poeta ligado ao grupo que gravitava ao redor de Olavo Bilac e Coelho Neto. As influências do parnasianismo estão, portanto, presentes na letra de Duque Estrada: a ordem indireta, os contrastes, o sentido heróico das sentenças e a metrificação, além da homenagem aos poetas da primeira geração de românticos do século XIX, que tanto expressaram seu amor pela nação, como se vê pela incorporação de passagens da *Canção do exílio*, de Gonçalves Dias: “nossos bosques têm mais vida/nossa vida/no teu seio/mais amores”.

Eduardo Junqueira

FONTES: CÂNDIDO, A. *Formação*; CARONE, E. *República*; BRASIL. *Coleção de Leis (1889-2000, on line)*; OLIVEIRA, L. *Questão*.